

RECONCILIAÇÃO: MISERICÓRDIA DE DEUS NA VIDA DA IGREJA

Lucas Antônio Mazzochini*
Geraldo Luiz Borges Hackmann**

Resumo

O artigo analisa a Igreja como dispensadora da misericórdia de Deus no mundo, sobretudo através do sacramento da reconciliação. A ela Cristo concede o poder de perdoar os pecados. O sacramento da reconciliação possibilita a reconciliação do pecador com Deus e com a Igreja da qual é membro. No sacramento da reconciliação o cristão fragmentado pelo pecado vive a esperança do perdão que traz consigo renovação interior, renovação em suas relações e verdadeira paz. A misericórdia de Deus na vida da Igreja é sinal de que é possível um ser humano novo e um mundo novo pela reconciliação.

PALAVRAS-CHAVES: Igreja. Misericórdia. Pecado. Perdão. Reconciliação. Sacramento.

Abstract

This article analyses the Church as granter of God's mercy in the world, especially by means of the reconciliation sacrament; her Christ gives the power to forgive the sins. This sacrament makes possible the sinner's reconciliation with God and with the Church whose member he is. In the sacrament of reconciliation the Christian wounded by the sin lives the hope of pardon which brings interior renovation in his relations and true peace. God's mercy in the life of the Church is a sign that it is possible a new human being and a new world by means of reconciliation.

KEYWORDS: *Church. Mercy. Sin. Pardon. Reconciliation. Sacrament.*

* Bacharel em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), acadêmico da Faculdade de Teologia (FATEO) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e bolsista da FAPERGS.

** Orientador. Doutor em Teologia. Professor na Faculdade de Teologia da PUCRS e líder do Grupo de Pesquisa Eclesiologia e questões emergentes. Membro da Comissão Teológica Internacional e Perito da Comissão de Doutrina da CNBB.

Segundo o evangelho de Lucas, do ponto de vista da Eclesiologia, vive-se, hoje, o “tempo da Igreja”¹, tempo da ascensão de Jesus até à manifestação plena de sua volta, a Parusia. Ora, a Igreja, sendo dispensadora da obra daquele que é a encarnação da misericórdia, Jesus Cristo, é sinal e instrumento desta mesma misericórdia no mundo, enquanto “sacramento universal da salvação” (*Lumen Gentium* 48). Ela é sinal visível da misericórdia divina. Pode-se dizer que a Igreja vive sua autenticidade ao proclamar “a misericórdia, o mais admirável atributo do Criador e do Redentor, e quando aproxima os homens das fontes da misericórdia do Salvador, das quais ela é depositária e dispensadora” (*Dives in Misericordia* 13).

Todo o ser humano, que descobre o Deus misericordioso, não tem outro modo de viver que não se convertendo a ele continuamente, pois a autêntica conversão a Deus consiste sempre na descoberta da sua misericórdia, ela “é sempre fruto do retorno para junto deste Pai, que é ‘rico em misericórdia’” (*Dives in Misericordia* 13). Ao descobrir este Deus misericordioso, o ser humano passa a viver *in statu conversionis*, em contínuo estado de conversão. É esse mesmo estado que constitui a característica mais profunda da peregrinação do homem na terra, o *in statu viatoris*, em estado de peregrino (cf. *Dives in Misericordia* 13). A Igreja, porque constituída por seres humanos, necessita continuamente de purificação, uma vez que carrega em si o pecado de cada um de seus membros (cf. *Lumen Gentium* 8). Com o intuito de preservar a comunhão entre os membros do Corpo de Cristo na fé, a Igreja tem a missão de chamar seus filhos à conversão visando à restauração de sua comunhão com Deus e com os outros. A Igreja, em nome do Cristo crucificado-ressuscitado, tem a missão de proclamar “o arrependimento para a remissão dos pecados a todas as nações” (*Lc* 24, 47).

O ser humano, além de receber e experimentar a misericórdia de Deus, é também chamado a pô-la em prática, isto é, a ter misericórdia para

¹ Karl Rahner descreve a Eclesiologia lucana dentro de um contexto histórico-salvífico de três tempos, a saber: “o tempo de Israel, o tempo de Jesus como o ‘centro do tempo’, e também o tempo da Igreja, que se estenderá até à manifestação plena da definitividade escatológica que ocorreu no centro do tempo, no tempo de Jesus” (RAHNER, Karl. *Curso Fundamental da Fé: introdução ao conceito de cristianismo*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989, p. 394). Tal maneira de abordar a Eclesiologia lucana é pedagógica, já que a Trindade está presente em todos os tempos. Ora, dentro deste “tempo da Igreja”, cada um de seus membros, enquanto batizados, é convidado a viver o apelo de Cristo Jesus: “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso” (*Lc* 6,36).

com os outros. Com efeito, “o homem alcança o amor misericordioso de Deus, a sua misericórdia, na medida em que ele próprio se transforma interiormente, segundo o espírito de tal amor para com o próximo” (*Dives in Misericordia* 14). Como sinal da misericórdia de Deus, é dever da Igreja a prática do perdão, tanto na vida e no comportamento concreto, como na educação e na pastoral. João Paulo II aponta que

a Igreja de Deus é chamada por Cristo a manifestar a um mundo fechado no emaranhado das suas culpas e dos seus sinistros propósitos, que, apesar de tudo, Deus, na sua misericórdia, pode converter os corações à unidade, fazendo-os aceder à sua própria comunhão (*Ut Unum Sint* 93).

Uma Igreja sem misericórdia seria uma Igreja sem coração; e uma Igreja sem coração seria uma Igreja distante da cruz de Cristo. Somente esta Igreja que emana da cruz é capaz de aproximar-se de todo ser humano com a mesma misericórdia de Deus e ser dela sua visibilidade². Por essa razão, a Igreja não pode ficar indiferente perante o sofrimento humano. Cristo quer de seus discípulos que continuem sua atitude misericordiosa.

1 A Igreja como Sacramento de Reconciliação

Deus Pai manifesta plenamente seu amor misericordioso através de seu Filho, mas estende também o seu projeto salvífico à Igreja. Esta, como “sacramento universal da salvação” (*Lumen Gentium* 48), assume como sua missão a reconciliação. Ela, já que é comunidade reconciliada e reconciliadora,

não pode esquecer que na origem do seu dom e missão de reconciliação se encontra a iniciativa, cheia de amor compassivo e de misericórdia, daquele Deus que é amor e que por amor criou os homens: criou-os, com o fim de viverem em amizade com ele e em comunhão entre si (*Reconciliatio et Paenitentia* 10).

Compreende-se que “a Igreja é ao mesmo tempo sujeito, mediação e objeto de reconciliação. É penitente com os penitentes, está em busca de conversão com os que se convertem, necessita de reconciliação com

² Cf. ROCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um “evangelho” a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2002, p. 331-332.

os reconciliados”³. Deus “rico em misericórdia” (*Ef 2,4*) está sempre pronto, na espera de quem se afastou de seu amor. Tal iniciativa de Deus, na espera do pecador, “concretiza-se e manifesta-se no ato redentor de Cristo, que irradia no mundo mediante o ministério da Igreja” (*Reconciliatio et Paenitentia* 10). Por sua própria natureza a Igreja é sempre reconciliadora.

Dando continuidade ao anúncio de reconciliação que Cristo ensinou, a Igreja não cessa de convidar a humanidade à conversão, primeiramente dando exemplo de reconciliação no seu próprio interior. Ela continua a repetir o apelo de Paulo: “Reconciliai-vos com Deus” (*2Cor 5,20*). É missão da Igreja, como continuadora da obra redentora do seu divino fundador, suscitar no coração do homem a conversão e a penitência e proporcionar-lhe o dom da reconciliação. Segundo a Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia*, a Igreja é sacramento de reconciliação

pela própria existência de comunidade reconciliada, que testemunha e representa no mundo a obra de Cristo. É-o, depois, pelo serviço de guardião e intérprete da Sagrada Escritura, que é Boa Nova de reconciliação, na medida em que faz conhecer de geração em geração o desígnio de amor de Deus e indica a cada um as vias da reconciliação universal em Cristo. É-o, por fim, pelos sete sacramentos que, de um modo peculiar a cada um deles ‘perfazem a Igreja’. Efetivamente, uma vez que comemoram e renovam o mistério da Páscoa de Cristo, todos os sacramentos são fonte de vida para a Igreja e, nas mãos dela, instrumento de conversão a Deus e de reconciliação dos homens (*Reconciliatio et Paenitentia* 11).

Veem-se, ainda, na Igreja, outros caminhos de reconciliação, como a oração, onde os peregrinos no mundo são sustentados pela intercessão dos santos “no empenho de conversão, de fé, de recuperação após cada queda, de atividade para crescer a comunhão e a paz na Igreja e no mundo” (*Reconciliatio et Paenitentia* 11). A carta de São Tiago exorta à necessidade da oração para a cura dos pecados: “Confessai, pois, uns aos outros, vossos pecados e orai uns pelos outros, para que sejais curados” (*Tg 5,16*).

Há também a via da pregação. A Igreja, como Mãe e Mestra, “não se cansa de propor ao homem a reconciliação e não hesita em denunciar

³ BOROBIO, Dionísio. O perdão sacramental dos pecados. *Concilium*. 1986/2. n. 204, p. 105.

a maldade do pecado, em proclamar a necessidade da conversão” (*Reconciliatio et Paenitentia* 11). A Igreja não abandona o pecador, mas carrega o fardo do mesmo, compassiva com ele no pranto, na oração e no sofrimento⁴. Enquanto comunidade santa chamada a dar testemunho da fé e da graça de Jesus Cristo, a Igreja necessita ajudar os seus filhos a reconhecerem os seus pecados e convidá-los à prática do perdão, do amor e da reconciliação.

Outra via tão necessária é a do testemunho. A Igreja, “participando da paixão de Cristo pelos seus sofrimentos e convertendo-se cada vez mais ao Evangelho de Cristo pela prática das obras de caridade e misericórdia, torna-se no mundo o sinal de conversão a Deus”⁵. De fato, “o amor cobre uma multidão de pecados” (*IPd* 4,8). A Igreja é sinal de santidade, quando seus filhos sabem perdoar-se e viver em comunhão fraterna.

Mário de França Miranda descreve que

a reconciliação com Deus se dá na reconciliação com a Igreja pelo modo como Deus quis e quer ser amado por nós, isto é, respeitando as estruturas da aliança; em outras palavras, chegamos ao seu amor e ao seu perdão enquanto membros do povo santo da Igreja santificadora. Tendo pecado contra a comunidade de nossos irmãos e irmãs, é nesta comunidade que iremos reencontrar o perdão fraterno e o perdão divino⁶.

Miranda esclarece que a reconciliação com Deus não é isolada da reconciliação com a Igreja. Se o pecado tem sua dimensão eclesial e social, a reconciliação também a tem. Isso porque a Igreja é Corpo de Cristo (*ICor* 12,27) e cada batizado seu membro. A reconciliação é sempre uma ação eclesial, uma vez que o próprio Cristo concede à sua Igreja o poder de perdoar os pecados.

2 O poder de perdoar os pecados na Igreja

Segundo o Concílio de Trento⁷, Cristo instituiu o sacramento da reconciliação nas palavras de *Jo* 20,22s: “Recebi o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais os retiverdes ser-lhes-ão retidos”. O Pai envia Cristo, e Cristo envia os seus discípulos para o perdão dos pecados. É da plenitude do

⁴ Cf. AMBRÓSIO DE MILÃO. *Sobre a Penitência*. São Paulo: Paulus, 1996. I, 81.

⁵ *Introdução Geral ao Ritual da Penitência* 4.

⁶ MIRANDA, Mário de França. *Sacramento da Penitência: o perdão de Deus na comunidade eclesial*. São Paulo: Loyola, 1978, p. 40.

⁷ *DH* 1670.

Espírito que surge o poder de perdoar os pecados. O perdão dos pecados não significa apenas uma mensagem que se anuncia e se prega, mas “constitui um dom e uma graça que Cristo concede e oferece como realidade presente e que é o fruto de sua obra redentora”⁸. Um diferencial importante do texto de João é que Jesus faz seus discípulos portadores do perdão que ele mesmo comunicou.

Em *Jo* 20,22s, há duas interpretações sobre o perdoar. A primeira é conhecida como clássica ou jurídica. Nessa interpretação se entende o perdoar como referido direta e imediatamente ao pecado enquanto ofensa a Deus, sem que o evangelista tenha presente a dimensão eclesial do pecado.

A segunda interpretação é a eclesiológica. Nesta se entende “o perdoar como referido aos pecados dos cristãos enquanto são ofensa à Igreja (na primeira parte da frase) e enquanto são ofensa a Deus (na segunda parte da frase)”⁹. Nesse sentido, os pecados que os chefes da Igreja perdoarem também serão perdoados por Deus. Para Ramos-Regidor, a interpretação eclesiológica é preferível, uma vez que valoriza o sentido de “não perdoar”, expressando uma melhor teologia bíblica do pecado e do perdão, e também explicando mais claramente o caráter sacramental do ministério instituído por Cristo. Comentando *Jo* 20,22s, Konings afirma que “o pecado que a comunidade guiada pelo Espírito, perdoa, Deus o perdoa; e o pecado cuja permanência ela deve denunciar, Deus o continua acusando”¹⁰. Vê-se que em João é por amor que o ressuscitado dá à sua Igreja o Espírito Santo para a remissão dos pecados. O último gesto de Jesus Cristo ressuscitado foi a entrega aos discípulos do poder divino de perdoar os pecados.

Também os textos de *Mt* 16,19 e *Mt* 18,18 tratam a respeito do ministério do perdão que se exerce no sacramento da reconciliação. Existem quatro interpretações sobre o poder ligar e desligar, em Mateus, a saber: a interpretação jurídica, a filológica, a eclesiológica e a demonológica¹¹.

⁸ FLOREZ, Gonzalo. *Penitência e unção dos enfermos*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 96.

⁹ *Ibidem*, p. 153.

¹⁰ KONINGS, Johan. *Evangelho segundo João: amor e fidelidade*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 357.

¹¹ Para um estudo mais aprofundado ver FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus. *Mysterium salutis*: compêndio de Dogmática Histórico-salvífica. Petrópolis: Vozes, 1984. V.V/2, p. 163-169. Para Ramos-Regidor, o poder de ligar e desligar é mais bem explicado pela interpretação eclesiológica, precisada pela demonológica de Vorgrimler. Trata-se, portanto, de uma síntese teológica entre a interpretação eclesiológica e demonológica, sem excluir uma exegese de caráter filológico (cf. FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus, *op. cit.*, nota 14, p. 165).

De tais interpretações conclui-se que “Jesus confiou à Igreja, na pessoa dos apóstolos e de seus sucessores, a missão de perdoar os pecados dos irmãos mediante sentença ou ação visível e social, que tem valor junto de Deus na ordem da salvação”¹². Tal ação eclesial salvífica denomina-se, hoje, sacramento. Pode-se dizer que ligar e, depois, desligar correspondem ao procedimento seguido nas comunidades judaicas e judeu-cristãs em relação aos pecadores¹³.

Tendo presente o desenvolvimento da práxis penitencial na história da Igreja, pode-se dizer que o ministério de ‘ligar e desligar’ significa, fundamentalmente, a faculdade de perdoar os pecados dos cristãos, impondo-lhes condições e obrigações que sejam sinais de sua verdadeira conversão. Assim, o poder de ligar não seria exclusivamente o de ‘excluir’ o cristão pecador da comunidade ou colocá-lo em situação visível de penitente, ainda que isto aconteça na Igreja primitiva; esse seria, mais geralmente, o poder de ‘vincular’ o irmão pecador impondo-lhe certas obrigações antes de desligá-lo de seu pecado, antes de conceder-lhe a reconciliação e o perdão. E este ‘vincular’, que na Igreja apostólica acontecia numa certa forma, tem a finalidade de ajudar a conversão do irmão e de assegurar a Igreja desta sua conversão¹⁴.

Ora, tanto João quanto Mateus salientam que Cristo confere o poder real que visa ao perdão dos pecados. Pode-se ver em Mateus que tal poder é mais ressaltado ao indicar um procedimento eclesial, isto é, ligar e desligar, e a exigência de uma obra de reconciliação baseada no amor fraterno.

Tanto em Mateus como em João destaca-se a plenitude de um poder sobre o pecado e as forças do mal, que Cristo concede a Pedro e

¹² RAMOS-REGIDOR, José. *Teologia do Sacramento da Penitência*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 150.

¹³ Segundo Bernardino Leers “a dualidade da maneira rabinica de falar ligar e desligar, perdoar e reter parece sugerir um poder de duas faces ou alternativas que ou dá a absolvição ou nega-a. De fato, trata-se de um só processo de reconciliação entre a terra e o céu, pelo qual a Igreja demonstra seu pleno poder, melhor, sua plena competência e pronta disposição de reconciliar os pecadores, por Cristo, com Deus, e de readmiti-los em seu convívio. Esta competência é de tal modo eficaz que a palavra da Igreja não apenas vale para o corpo de Cristo, reunido aqui na terra, mas também para Deus no céu. O gesto da Igreja se identifica com o gesto de Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo; o perdão de Deus se incorpora ao perdão da Igreja” (LEERS, Bernardino. *O ministério da reconciliação: uma ética profissional para confessores*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 153).

¹⁴ RAMOS-REGIDOR, José, *op. cit.*, p. 150-151.

aos demais apóstolos. Ele, conferindo aos apóstolos seu próprio poder de perdoar os pecados, também lhes dá a autoridade de reconciliar os pecadores com a Igreja. Desse modo, conclui-se que a reconciliação com a Igreja é inseparável da reconciliação com Deus¹⁵.

3 O Sacramento da Reconciliação como expressão da misericórdia de Deus na Igreja¹⁶

Cristo confere aos apóstolos e aos seus sucessores o poder de perdoar os pecados. Institui, portanto, o sacramento da reconciliação como um remédio vivificante aos que se entregaram de novo à escravidão do pecado após o batismo¹⁷. De fato, o batismo “é o principal lugar da primeira e fundamental conversão”¹⁸. O sacramento da reconciliação, por sua vez, é denominado como o segundo batismo ou o batismo laborioso¹⁹. Entende-se, pois, que

os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, se reconciliam com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações (*Lumen Gentium* 11).

O sacramento da reconciliação concede a misericórdia de Deus, concede aquele amor que é mais forte que o pecado. Tal sacramento “é manifestação, expressão e sinal do ato do perdão divino em Cristo Jesus, que na palavra de Sua Igreja se dirige ao membro que se fez culpado”²⁰. É, portanto, atualização do evento salvífico da conversão e da reconciliação do cristão na Igreja. Este sacramento assume tríplice função de sinal: “é *signum rememorativum*, memória da Paixão de Jesus; *signum demonstrativum*, expressão eficaz de nossa santificação; *signum prognosticum*, anúncio da futura glória”²¹.

No sacramento da reconciliação há uma estrutura fundamental, ou seja, elementos ou partes indispensáveis por parte do penitente e

¹⁵ Cf. *Catecismo da Igreja Católica* 1444 e 1445.

¹⁶ É preciso ver que “este sacramento não esgota em si mesmo, certamente, os conceitos de reconciliação e conversão” (*Reconciliatio et Paenitentia* 28).

¹⁷ Cf. *DH* 1668.

¹⁸ *Catecismo da Igreja Católica* 1426.

¹⁹ Cf. *DH* 1672.

²⁰ FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus. *op. cit.*, p. 212.

²¹ *Ibidem*, p. 213.

do ministro da reconciliação. Um primeiro e fundamental elemento é a contrição. Ela é a primeira condição, e única indispensável, para o perdão. É “o princípio e alma da conversão, daquela *metanóia* evangélica que reconduz o homem a Deus” (*Reconciliatio et Paenitentia* 31). Com a contrição, o homem se distancia do próprio pecado e retorna para Deus. O Concílio de Trento assim define contrição: “É uma dor da alma e detestação do pecado cometido, com o propósito de não tornar a pecar”²². Com efeito, “a dor deve ser sobrenatural, isto é, uma resposta de amor ao amor de Deus desprezado com o pecado”²³. Essa dor não pode ser vista somente numa perspectiva individualista, mas sempre no contexto eclesial e social, pois o pecado de um membro atinge todo o Corpo, toda a Igreja. O pecador somente poderá sentir dor por sua ofensa a Deus, se vê nele um Deus amoroso e misericordioso. Portanto, a dor e o arrependimento só têm sentido na teologia cristã, se forem acompanhados pela graça de Deus. A conversão precisa ser fruto de um confrontar o próprio modo de ser com as exigências do Evangelho, necessita ter suas raízes no mistério da salvação.

A contrição é sinal e manifestação do amor de Deus, que desperta no coração do ser humano a consciência de seu pecado e o desejo de uma autêntica e profunda conversão. Uma contrição autêntica está inserida dentro de um movimento de esperança construtiva, indissociável do bom propósito em participar mais ativamente na obra salvífica²⁴. O Concílio de Trento ainda faz a distinção entre contrição perfeita²⁵, ou seja, aquela em que há autêntica conversão, e a contrição imperfeita, chamada atrição, porque nasce geralmente da consideração do peso do pecado ou medo do inferno e dos castigos, ou seja, uma contrição por medo²⁶. Além de estar aberto para a esperança no perdão, o ser humano, pela contrição, sente-se atraído pelo desejo de uma maior união com Deus.

O segundo elemento do sacramento da reconciliação é a confissão. A autêntica conversão se manifesta eclesialmente na confissão dos pecados ao ministro. A confissão em si é anterior à existência do sacramento,

²² Cf. *DH* 1676.

²³ ZIEGENAUS, Anton. Il sacramento della penitenza. In: LUTHE, Herbert. *Incontrare Cristo nei sacramenti: sussidio teologico per una pastorale sacramentaria*. Milano: Edizioni Paoline, 1988, p. 265.

²⁴ Cf. MOSER, Antônio. *O pecado ainda existe? Pecado, conversão e penitência*, 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 160.

²⁵ Sobre contrição perfeita e imperfeita ver SCHMAUS, Michael. *A fé da Igreja: a Igreja*. v. V. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 169-170.

²⁶ Cf. *DH* 1677 e 1678.

remete à necessidade antropológica de relacionar-se ao outro. Vê-se que a confissão sacramental tem o valor de “sinal do encontro do pecador com a mediação eclesial na pessoa do ministro; sinal do seu pôr-se a descoberto diante de Deus e da Igreja como pecador, do esclarecer-se a si mesmo sob o olhar de Deus” (*Reconciliatio et Paenitentia* 31). Desse modo, mediante o ministro da Penitência, “é a Comunidade eclesial, lesada pelo pecado, que acolhe de novo o pecador arrependido e perdoado” (*Reconciliatio et Paenitentia* 31). A confissão procede “do verdadeiro conhecimento de si mesmo diante de Deus, e da contrição dos pecados”²⁷. É uma das formas possíveis de manifestar externa e eclesialmente a conversão interna. A confissão sacramental não pode ser vista como desabafo psicológico e nem meio de direção espiritual, mas acusação dos pecados como apelo ao perdão de Deus. Ao confessar seus pecados, o penitente se introduz numa dinâmica eclesial e, portanto, se coloca debaixo da ajuda da Igreja, que dispõe da graça de Cristo, do mérito e das orações dos santos e do poder de perdoar os pecados.

A confissão “serve de ponte ou via de união entre a graça que age no coração do penitente e a graça que é infundida no corpo da Igreja, entre os passos que aproximam Deus do penitente e os braços que Deus estende para o penitente através da ação da Igreja”²⁸.

Quando os fiéis cristãos se esforçam por confessar todos os pecados que lhes vêm à memória, certamente os expõem à divina misericórdia para que os perdoe. E os que fazem ao contrário e calam alguns voluntariamente, nada expõem à bondade divina que possa ser absolvido pelo sacerdote. Pois, ‘se o enfermo se envergonha de mostrar a chaga ao médico, a perícia deste não poderá curar o que ignora’ (*DH* 1680).

Na acusação, o pecador rompe seu fechamento sobre si mesmo, restabelece o contato com o outro. É uma necessidade sua, porque não é alguém isolado. O pecador arrependido sente a necessidade de denunciar o seu pecado, não para se punir, mas para comunicar a alegria do re-encontro, do abrir-se, do relacionar-se. O mais importante na confissão é que o penitente se reconheça pecador e perceba a generosidade da graça de Deus que vem ao seu encontro.

O terceiro elemento da reconciliação é a satisfação. É uma das partes do sacramento da reconciliação que infelizmente é pouco valorizada e

²⁷ *Introdução Geral ao Ritual da Penitência* 6.

²⁸ FLÓREZ, Gonzalo, *op. cit.*, p. 303.

sobre a qual se têm muitas vezes idéias confusas e distorcidas. O termo satisfação aponta diretamente ao pecado e à necessidade de “pagar” por ele. Porém, faz-se necessário esclarecer de imediato que o perdão de Deus é gratuito e não depende, essencialmente, da satisfação, mas da conversão autêntica. “A absolvição tira o pecado, mas não remedeia todas as desordens que ele causou”²⁹. O arrependimento e a confissão precisam traduzir-se em obras de reparação pelo mal feito ou pelo bem não-feito. A satisfação recorda que, embora Deus perdoe o penitente, ele conta com a cooperação do mesmo. “A satisfação visa a recuperação do penitente (é um ato medicinal) e na reparação do mal causado (é um ato de justiça). É uma ajuda para assumir a própria vida e fazer dela uma oferenda para Deus: *um culto espiritual*”³⁰. O penitente, com a satisfação, integra-se de novo no mistério da salvação, lançando-se para frente. Segundo o Concílio de Trento, a satisfação tem por finalidade tornar os penitentes mais acautelados e vigilantes para o futuro, curando-os também das sequelas do pecado com atos de virtude que contrariam os hábitos viciosos adquiridos³¹. A necessidade da satisfação situa-se no contexto da conversão. Ela não é

apenas expiação pelas faltas passadas, mas também ajuda para uma vida nova e remédio para a sua fraqueza, devendo, por isso, corresponder, quanto possível, à gravidade e à natureza dos pecados. A satisfação consistirá em orações, mortificações e sobretudo na ajuda ao próximo e em obras de misericórdia, que põem em evidência o aspecto social do pecado e do perdão³².

A satisfação “não é certamente o preço que se paga pelo pecado absolvido e pelo perdão alcançado: nenhum preço humano pode equivaler ao que se obteve, fruto do preciosíssimo sangue de Cristo” (*Reconciliatio et Paenitentia* 31). As obras de satisfação

são o sinal do compromisso pessoal que o cristão assumiu com Deus, no sacramento, de começar uma existência nova; incluem a ideia de que o pecador perdoado é capaz de unir a sua própria mortificação física e espiritual, procurada ou ao menos aceita, à Paixão de Jesus que lhe alcançou o perdão (*Reconciliatio et Paenitentia* 31).

²⁹ *Catecismo da Igreja Católica* 1459.

³⁰ PRECHT BAÑADOS, Cristian. Penitência e reconciliação. In: CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (org.): *Manual de liturgia: a celebração do mistério pascal: os sacramentos, signos do mistério*. v. III. São Paulo: Paulus, 2005, p. 233.

³¹ Cf. *DH* 1690.

³² *Introdução Geral ao Ritual da Penitência* 18.

O quarto elemento do sacramento da reconciliação é a absolvição. Ao pecador, que confessa ao ministro da Igreja a sua conversão, Deus concede o perdão mediante o sinal da absolvição. Trata-se de um sinal visível no qual Deus quer conceder a salvação e renovar a aliança rompida. A absolvição que o ministro concede ao penitente é o sinal eficaz da intervenção do Pai e da “ressurreição” da “morte espiritual” que se renova todas as vezes que se concebe o sacramento da reconciliação (cf. *Reconciliatio et Paenitentia* 31). O principal requisito para a absolvição é manifestar a boa vontade.

Essas partes salientadas do sacramento da reconciliação devem expressar uma conversão permanente do homem para a realização do projeto de Deus em relação a si mesmo e em relação com o próximo e com o mundo. Na contrição, confissão, satisfação e acolhida da absolvição, o penitente realiza uma verdadeira obra penitencial, que é ao mesmo tempo obra da Igreja e não simplesmente pessoal. A ação pessoal do penitente se une à ação da Igreja e ambas constituem, sob a ação do Espírito, o sacramento. Recebendo mais frequentemente, por meio deste sacramento, o dom da misericórdia do Pai, o cristão é levado a ser misericordioso como o Pai³³.

4 O Ministério da Reconciliação

A Igreja é chamada a perpetuar o gesto de Jesus, através do “ministério da reconciliação” (2Cor 5,18). Tal ministério é serviço da Igreja à misericórdia de Deus em favor dos seres humanos. Para os batizados sujeitos ao pecado, esse ministério se sobressai no sacramento da reconciliação. Deve-se levar em conta que esse ministério abrange também outros meios não sacramentais pelos quais a misericórdia divina alcança os seres humanos. O Espírito atua em todos os seres humanos abertos ao projeto misericordioso de Deus.

É toda a Igreja que participa na celebração do sacramento da reconciliação, tanto o sacerdócio comum quanto o sacerdócio ministerial ou hierárquico, porque ambos ordenam-se um para o outro (cf. *Lumen Gentium* 10). O sacerdócio comum é exercido, sobretudo, pelo próprio penitente com seus atos penitenciais. “A própria conversão do pecador manifestada nos ‘atos do penitente’ postos em virtude do caráter batismal,

³³ Cf. *Catecismo da Igreja Católica* 1458.

é parte ativa e eficaz na celebração litúrgica do sacramento³⁴. Afirma Rahner:

Uma vez que a celebração dos sacramentos constitui a liturgia no sentido próprio do termo, o penitente na acusação cumpre verdadeira função na liturgia da Igreja. Não recebe apenas o efeito da ação litúrgica de outros. Também nele a Igreja age e celebra seus ministérios. Comovente liturgia, liturgia da Igreja dos pecadores³⁵.

Toda a Igreja, portanto, participa ativamente do processo de reconciliação do pecador arrependido. Porém, a estrutura teológica sempre exigiu ministro que presidisse aos fiéis reunidos em nome do Senhor (cf. *Lumen Gentium* 28). O exercício do sacerdócio comum no sacramento da reconciliação não exclui o exercício do sacerdócio ministerial, mas ao contrário o exige. Embora toda a Igreja participe da celebração do sacramento da reconciliação, apenas o bispo ou o presbítero são os ministros desse sacramento³⁶.

Para continuar este serviço do perdão em seu nome, ele [Cristo] quis para a sua Igreja o sacerdócio hierárquico que atualiza no meio de comunidade a palavra eficaz do perdão divino; é toda a comunidade que mediatiza o perdão contribuindo de várias formas para a conversão do pecador, mas é só o ministro que eleva esta atividade de comunidade a nível de sacramento³⁷.

O ministro da reconciliação não age só “*in persona Christi*, mas, também *in persona Ecclesiae*”³⁸. No ministério da reconciliação trata-se, sem dúvida, “do ministério mais difícil e delicado, do mais cansativo e exigente; mas também de um dos mais belos e consoladores ministérios do sacerdote” (*Reconciliatio et Paenitentia* 29). Ele “está acima de qualquer outro compromisso presbiteral, exceto a celebração da Eucaristia”³⁹. No exercício desse ministério, os presbíteros agem em comunhão com o bispo, pois é ele o moderador da disciplina penitencial (cf. *Lumen Gentium* 26).

³⁴ RAMOS-REGIDOR, José, *op. cit.*, p. 309.

³⁵ RAHNER, Karl. *apud* RAMOS-REGIDOR, J, *op. cit.*, p. 309.

³⁶ Cf. DH 1684; *Código de Direito Canônico* 967.

³⁷ MIRANDA, Mário de França, *op. cit.*, p. 43.

³⁸ RAMOS-REGIDOR, José, *op. cit.*, p. 310.

³⁹ JOÃO PAULO II. *O Sacramento da Penitência: sete alocuções e uma Carta Apostólica de João Paulo II*. São Paulo; Paulinas, 1997. p. 11.

O ministro da reconciliação⁴⁰, ao ouvir confissões, “desempenha simultaneamente o papel de juiz e de médico” (*Código de Direito Canônico* 978). Ele deverá formar um juízo prudente de causa, isto é, conhecer os pecados e as disposições do penitente, assim como pronunciar a sua sentença. O Concílio de Trento salienta fortemente o caráter judicial da confissão. De fato, embora haja um certo mal-estar em denominar o ministro da reconciliação de juiz, não se pode negar o caráter judicial da absolvição dada pelo ministro, pois ela antecipa em forma de sinal o juízo definitivo de Deus. Tal caráter judicial só será devidamente compreendido, quando o ministro for visto como representante de Cristo que não “julga” os pecadores, mas os acolhe com amor e de modo total⁴¹.

O ministro é, também, médico, pois sua missão é procurar a cura do pecador. É igualmente pai, ao representar a misericórdia divina; por isso, deverá acolher sempre o penitente com misericórdia. Aqui, é necessário entender pai sempre em referência ao Pai misericordioso, de acordo com o capítulo 15 do evangelista Lucas. Finalmente é mestre, mas não em nome de si próprio e sim da Igreja. Ele precisa seguir fielmente a doutrina do Magistério, ao instruir o penitente⁴². O ministro é servidor da misericórdia de Deus, ele mesmo deve revestir-se de misericórdia. “À imagem do Bom Pastor, é chamado a ser homem de misericórdia e compaixão”⁴³. Requer-se que o ministro tenha as qualidades da ciência, prudência, discernimento e santidade. O ministro da reconciliação é convidado a viver o apelo de Cristo: “Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso” (*Lc* 6,36). Com efeito,

o confessor não é o senhor, mas o servo do perdão de Deus. O ministro deste sacramento deve unir-se à intenção e à caridade de Cristo. Deve possuir um comprovado conhecimento do comportamento cristão, experiência das coisas humanas, respeito e delicadeza diante daquele que caiu; deve amar a verdade, ser fiel ao Magistério da Igreja e conduzir, com paciência, o penitente à cura e à plena maturidade⁴⁴.

⁴⁰ “Ao celebrar o sacramento da Penitência, o sacerdote cumpre o ministério do bom pastor, que busca a ovelha perdida; do bom samaritano, que cura as feridas; do Pai, que espera o filho pródigo e o acolhe ao voltar; do justo juiz, que não faz acepção de pessoa e cujo julgamento é justo e misericordioso ao mesmo tempo. Em suma, o sacerdote é o sinal e instrumento do amor misericordioso de Deus para com o pecador” (*Catecismo da Igreja Católica* 1465).

⁴¹ Cf. MOSER, A. *O pecado ainda existe?* Pecado, conversão e penitência, *op. cit.*, p. 161.

⁴² Cf. *Código de Direito Canônico* 978.

⁴³ *Documento de Aparecida* 198.

⁴⁴ *Catecismo da Igreja Católica* 1466.

De fato, no contexto atual exercer o ministério da reconciliação requer certas exigências⁴⁵, sobretudo com a forte crise moral e a consequente perda do sentido de pecado. Diante de um mundo tão conturbado, o sigilo sacramental⁴⁶ reflete o respeito e dignidade da pessoa que confessa seus pecados. Sabe-se que é Deus quem perdoa, o ministro é instrumento, canal da graça de Deus. Mas, ele tem um papel muito importante diante do contexto atual, onde há pouco espaço para a escuta e para a vivência do perdão. É alguém que se dispõe livremente em Cristo no ministério do perdão. Embora ele seja também pecador⁴⁷, um cuidador também ferido pelo seu próprio pecado, ele é verdadeiro ministro, pronto para perdoar em nome de Cristo, pronto para reconciliar em qualquer momento⁴⁸ o cristão fragmentado em suas relações pelo pecado.

⁴⁵ “Para o exercício eficaz de tal ministério, o confessor tem de possuir necessariamente qualidades humanas de prudência, discrição, discernimento e firmeza temperada pela mansidão e bondade. Deve ter, ainda, séria e cuidada preparação, não fragmentária mas integral e harmônica, nos diversos ramos da teologia, na pedagogia e na psicologia, na didática catequética, na metodologia do diálogo e, sobretudo, no conhecimento vivo e comunicativo da Palavra de Deus. Mas é mais necessário ainda que ele viva uma vida espiritual intensa e genuína. Para guiar os outros pelos caminhos da perfeição cristã, o ministro da Penitência deve percorrer, ele próprio, primeiro, este caminho; e mais com obras do que com palavras exuberantes, dar mostras de real experiência da oração vivida, de prática das virtudes evangélicas teologais e morais, de fiel obediência à vontade de Deus, de amor à Igreja e de docilidade ao seu Magistério” (*Reconciliatio et Paenitentia* 29). Para um aprofundamento maior sobre princípios para orientar confessores, ver HAERING, Bernhard. *Shalom: Paz! Novas perspectivas do sacramento da reconciliação*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 137-150. Vê-se claramente que o sacramento da reconciliação é indispensável, mas existem casos específicos onde o ministro precisa ter o discernimento e indicar quem o procurou a psicólogos e, conforme o caso, a psiquiatras. Ciência e fé não se opõem. É preciso saber dialogar. Uma boa formação se faz necessária para tal discernimento.

⁴⁶ “Uma vez que a confissão diante da comunidade se faz somente ao sacerdote, e este está obrigado a um sigilo incondicional, ela evita o escândalo e que o pecador fique marcado socialmente para sempre” (SCHMAUS, Michael, *op. cit.*, p. 166). “O confessor, sabendo que conheceu, na qualidade de ministro de Deus, a consciência secreta de seu irmão, está obrigado a guardar religiosamente o sigilo sacramental” (*IGRP* 10).

⁴⁷ O Concílio de Trento afirma que “os sacerdotes, mesmo que estejam em pecado mortal, não deixam de perdoar os pecados na qualidade de ministros de Jesus Cristo, por causa da força do Espírito Santo que eles recebem na ordenação” (*DH* 1684).

⁴⁸ O confessor deve mostrar-se sempre disposto a ouvir as confissões dos fiéis, sobretudo nos casos de urgente necessidade. Nos perigos de morte, qualquer sacerdote poderá ouvir confissões (cf. *Código de Direito Canônico* 986).

5 Efeitos e importância do Sacramento da Reconciliação hoje

O principal efeito do perdão pelo sacramento da reconciliação consiste na reconciliação com Deus⁴⁹, que pode ser acompanhado de paz e serenidade da consciência, com consolação do espírito⁵⁰. Com efeito, o perdão traz consigo a reconciliação com a Igreja. Esta reconciliação com a Igreja “(*pax ecclesiae*) é o sinal e a manifestação externa pela qual se realiza a reconciliação do pecador arrependido com Deus”⁵¹. São frutos deste sacramento

a *graça santificante*, como recuperação da santidade batismal perdida, e a *graça sacramental própria*, como ajuda de fé, renovação interior e robustecimento da liberdade que nos foi dada como dom, pela realização do ‘homem novo’ renascido em Cristo⁵².

Vê-se que “o sacramento da reconciliação com Deus traz consigo uma verdadeira ‘ressurreição espiritual’, uma restituição da dignidade e dos bens da vida dos filhos de Deus, entre os quais o mais precioso é a amizade com Deus”⁵³. Com o sacramento da reconciliação,

o Pai acolhe o seu Filho que regressa; Cristo coloca sobre os ombros a ovelha perdida, reconduzindo-a ao redil; e o Espírito Santo santifica de novo seu templo ou passa a habitá-lo mais plenamente. Isso se manifesta finalmente na participação frequente ou mais fervorosa na mesa do Senhor, havendo grande júbilo na Igreja de Deus pela volta do filho distante⁵⁴.

O cristão, ao experimentar e proclamar em sua vida a misericórdia de Deus, celebra junto com o sacerdote, a liturgia de uma Igreja que continuamente se renova⁵⁵. Vê-se claramente que “o pecador que pela

⁴⁹ Diz João Paulo II: “É preciso acrescentar que tal reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações, que vão remediar outras tantas rupturas, causadas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo próprio no mais profundo de seu ser, onde recupera a própria verdade interior; reconcilia-se com os irmãos, por ele de alguma maneira agredidos e lesados; reconcilia-se com a Igreja; e reconcilia-se com toda a criação” (*Reconciliatio et Paenitentia* 31).

⁵⁰ Cf. *DH* 1674.

⁵¹ MIRANDA, Mário de França. *op. cit.*, p. 40.

⁵² ROCCHETTA, Carlo. *Os sacramentos da fé: ensaio de teologia bíblica sobre os sacramentos como “maravilhas da salvação” no tempo da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 357.

⁵³ *Catecismo da Igreja Católica* 1468.

⁵⁴ *Introdução Geral ao Ritual da Penitência* 6.

⁵⁵ Cf. *id.* 11.

graça de Deus misericordioso trilha o caminho da penitência regressa ao Pai que ‘nos amou primeiro’ (*IJo* 4,19), ao Cristo, que se entregou por nós e ao Espírito Santo, que nos foi dado em profusão⁵⁶.

A reconciliação é o sacramento dos que vivem a esperança. É o sacramento que possibilita a experiência de uma vida aberta para o amanhã absoluto, para a esperança, para a renovação do homem. Diz o Documento de Aparecida que

o sacramento da reconciliação é o lugar onde o pecador experimenta de maneira singular o encontro com Jesus Cristo, que se compadece de nós e nos dá o dom de seu perdão misericordioso, nos faz sentir que o amor é mais forte que o pecado cometido, nos liberta de tudo o que nos impede de permanecer em seu amor, e nos devolve a alegria e o entusiasmo de anunciá-lo aos demais de coração aberto e generoso⁵⁷.

Observa-se que a reconciliação que Deus decide realizar no mundo, servindo-se do mistério da Igreja, se faz graça e dom espiritual através da absolvição⁵⁸. O sacramento da reconciliação não é mera lavagem, desabafo psicológico, simples purificação dos pecados cometidos, trata-se

de ato pessoal de Deus que entra na existência concreta da Igreja e do cristão pecador para recongregá-lo à Páscoa de Cristo e lançá-lo com novo empenho na construção, para si e para o mundo, do futuro prometido por Deus e definitivamente inaugurado pela morte e ressurreição de Cristo⁵⁹.

O sacramento da reconciliação é, antes de tudo, “evento religioso, evento salvífico, evento pascal e trinitário, encontro do pecador arrependido com o amor pascal do Pai pelo Filho e no Espírito que anima a Igreja e age nela”⁶⁰. A reconciliação remonta diretamente à Páscoa de Cristo, portanto, o perdão dos pecados acontece “uma só vez por todas e apenas na Cruz de Cristo; todo o resto é só o tornar-se eficaz desta ação reconciliadora de Deus em Cristo”⁶¹. Vê-se que a reconciliação autêntica, “porque autorizada pelo Espírito do Senhor, só será frustrada em sua garantia de graça e paz, se o próprio pecador

⁵⁶ Cf. *id.* 5.

⁵⁷ Documento de Aparecida 254.

⁵⁸ Cf. FLORÉZ, Gonzalo, *op. cit.*, p. 325.

⁵⁹ RAMOS-REGIDOR, José, *op. cit.*, p. 301.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 302.

⁶¹ RAHNER, Karl, *apud* RAMOS-REGIDOR, J, *op. cit.*, p. 293.

se negar a fazer penitência e retornar à vida comunitária como ovelha desgarrada para Cristo, seu pastor e guia”⁶².

Rahner assevera que “o perdão é o milagre maior e incompreensível do amor de Deus, porque nele Deus se comunica a si mesmo e precisamente a um homem que por uma banalidade apenas aparente do dia-a-dia realizou o ato horripilante de dizer ‘não’ a Deus”⁶³. O perdão é sempre iniciativa de Deus, mas o pecador necessariamente precisa iniciar um processo de mudança de vida e começar a enfrentar as forças do pecado do mundo e em si mesmo, que resultará em um processo de mudança de vida, que será como que um novo nascimento. Em Cristo, o pecador vai se renovando constantemente, tornando-se “homem Novo, criado segundo Deus, na justiça e na santidade da verdade” (*Ef* 4,24). O sacramento da reconciliação transforma o ser humano em “nova criatura” (*2Cor* 5,17). Ele produz vida nova em tríplice nível: cristológico, que é comunhão com Deus em Cristo; eclesiológico, que é a vida nova como membro do corpo de Cristo; e cósmico, que é a práxis cristã dentro da sociedade transformando as relações humanas⁶⁴.

Mesmo salientando diversos aspectos sobre a importância do sacramento da reconciliação, torna-se evidente, hoje, certa indiferença com relação a ele. No contexto atual, cabe perguntar-se: a reconciliação é um sacramento em crise ou um sacramento para a crise? Fatores como falhas na prática da reconciliação, juntamente com o fenômeno da secularização, têm influência direta na pouca procura desse sacramento. Ao se perguntar pelas causas da crise desse sacramento, constata-se não haver um problema em si, ou seja, no sacramento, mas há certo afastamento da reconciliação devido ao próprio contexto cultural e moral em que se vive. A dificuldade em aceitar a mediação religiosa, especialmente no que tange à intimidade da consciência, é predominante nos tempos atuais, porque tal mediação é concebida como uma imposição, como algo externo que vem reduzir o campo da autonomia e da liberdade. É preciso, portanto, compreender a mediação da Igreja no sacramento da reconciliação como a ação de Cristo que vem ao encontro do ser humano fragmentado para oferecer-lhe a reconciliação e a paz verdadeira. O próprio Cristo instituiu ministros como mediadores do seu perdão; eles são mediadores que atuam *in persona Christi*. É Cristo quem perdoa,

⁶² LEERS, Bernardino, *op. cit.*, p. 153.

⁶³ RAHNER, Karl, *op. cit.*, p. 487.

⁶⁴ Cf. RAMOS-REGIDOR, José, *op. cit.*, p. 451.

os ministros são instrumentos do perdão. Portanto, aceitar a mediação da Igreja significa reconciliar-se com o próprio Cristo, cabeça da Igreja, e com todos os seus membros, que são os outros. “Onde o homem quiser acertar suas contas sozinho com Deus, facilmente pode iludir-se, confessando-se não a Deus, mas a si mesmo, ao deus que ele mesmo cria para si mesmo”⁶⁵. Vê-se que a crise do sacramento da reconciliação está muito relacionada com a imagem que se tem

a respeito de Deus e da Igreja, sobre o pecado e sobre a graça, sobre a solidariedade cristã, sobre a obra de Cristo e sobre a missão da Igreja em relação com o pecado do mundo, com a presença do mal na sociedade, com o drama do ser humano que sente em si mesmo a luta entre os poderes da luz e os poderes das trevas. A resposta para tal crise deve passar pelo autêntico sentido da fé no Deus de Jesus e em sua obra de reconciliação e aliança com a humanidade inteira, que se torna visível e concreta, próxima e encarnada pela ação da Igreja⁶⁶.

Há muitos que refutam o sacramento da reconciliação simplesmente como uma atitude infantilista em certas formas de acusação dos pecados. A fé cristã é vista muitas vezes como um refúgio psicológico para pessoas imaturas, como obstáculo à livre construção de si mesmo, como uma alienação que faz fugir do compromisso que todos são convocados a assumir. Ora, uma vez que a fé em Deus está deformada, o próprio sentido do pecado e da conversão se esvazia, pois a fé em Deus é pressuposto básico para o sacramento da reconciliação. A secularização da noção de pecado, na qual a dimensão teológica desaparece, dá origem à consciência de que se peca somente contra a humanidade ou a sociedade. Uma vez que tal visão de pecado predomina, não se vê sentido no sacramento da reconciliação.

Constata-se, entre outros fatores negativos provenientes da práxis sacramental, uma tendência individualista e também mecânica, formalista e corriqueira, advindas, muitas vezes, de uma concepção de pecado e conversão que foi suscitada por pregação moral muito negativa. Muitas vezes, o confessionário tornou-se um local de desabafo psicológico, o que habituou muitos a conceber o sacramento apenas como um tranquilizante de consciências.

⁶⁵ ZILLES, Urbano, *op. cit.*, p. 345.

⁶⁶ LAMBERT, Y, *apud* FLORÉZ, G, *op. cit.*, p. 261.

Independentemente da confissão de fé que se tem, há sempre uma dificuldade perene na prática da reconciliação. De uma parte pode-se citar a

desconfiança do homem limitado em se abandonar ao mistério de Deus que lhe vem ao encontro na história de forma imprevisita e incompreensível, e de outra parte, a resistência do homem frágil e pecador em se deixar interpelar e se remover de sua preguiça e de seu egoísmo, em se deixar julgar e salvar de seu pecado mediante a inserção no mistério pascal de Cristo⁶⁷.

A pessoa que se deixa interpelar pela Palavra de Deus é inclinada à conversão e essa conversão toca no mais profundo da existência. Deixar-se tocar por Deus é, de certa forma, permitir que Ele haja na vida. Isso implica que se deixem de lado mecanismos de defesa e autojustificações.

A compreensão do sacramento da reconciliação necessita, hoje, estar mais aberta à dimensão eclesial e positiva da reconciliação, visando reavivar a sensibilidade dos cristãos em relação a tudo que os impede de viver o Evangelho. Para uma renovação do sacramento da reconciliação é preciso ter uma interpretação adequada das realidades do pecado e da graça, à luz da revelação cristã e a partir da realidade existencial do ser humano no contexto atual, pós-moderno. A Igreja não permanece indiferente perante “as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos homens e mulheres de hoje” (*Gaudium et Spes* 1). A Igreja instituída por Cristo não fica indiferente ante aquele filho que se perde no pecado. Pelo sacramento da reconciliação, ela está sempre à espera, respeitando sua liberdade, para reconciliá-lo, através de um ministro, com Deus, consigo e com todos os seus membros.

Ramos-Regidor aponta que, na situação atual da Igreja no mundo, é preciso integrar alguns elementos essenciais no sacramento da reconciliação. Primeiro é a dimensão mistérico-pascal. É mister superar a excessiva acentuação da dimensão jurídica e possibilitar um verdadeiro encontro do cristão pecador com o mistério pascal de Cristo, através da mediação da comunidade. Deve-se superar o excessivo individualismo da sua celebração salientando a dimensão eclesial do pecado, da conversão e da reconciliação do pecador na Igreja. Impende valorizar a dimensão litúrgica desse sacramento, isto é, perceber a relação entre sacramento-palavra e fé. Vê-se a necessidade de valorizar as conquistas

⁶⁷ RAMOS-REGIDOR, José. *op. cit.*, p. 39-40.

da Antropologia teológica e da Psicologia para melhor compreender a dimensão pessoal do pecado, isto é, adquirir uma visão global e não meramente legalista do pecado, da graça e da conversão. Não se pode perder de vista também a relação do sacramento da reconciliação com os outros sacramentos do perdão, isto é, com o batismo, a eucaristia e a unção dos enfermos, onde se evidencia que o sacramento da reconciliação é uma, porém não a única celebração da conversão e reconciliação⁶⁸.

O sacramento da reconciliação é instrumento de conversão permanente. Por ele o cristão é chamado a progredir e amadurecer na fé e no amor. Precisa-se, mais do que nunca, superar o divórcio entre fé e vida, um dos erros mais graves dos cristãos no contexto atual. Muito pode ajudar o sacramento da reconciliação, uma vez que ele possibilita que o ser humano, pela misericórdia de Deus, possa reconhecer suas fragmentações, seus pecados. No sacramento da reconciliação, é oferecida a graça da conversão, que todos precisam para combater o pecado, que torna o cristão incoerente com os compromissos batismais.

A reconciliação é sacramento da paz. É o sacramento que mostra ao ser humano que ele é beneficiário do *Shalom* de Deus. A paz de Deus vem até ele; ele recebe-a somente, se a aceitar, se ele mesmo se transformar em mensageiro de paz, se for moldado pelo próprio perdão de Deus e perdoar os outros. Essa paz precisa ser cultivada pelo perdão e justiça. Viver reconciliado é viver em paz. Isso significa resplandecer no próprio rosto o Cristo ressuscitado que transmite a paz (cf. *Jo* 20,19.21.26). Na reconciliação, o homem consegue viver plenamente a comunhão com Deus, com o próximo, consigo mesmo e com toda a criação.

A reconciliação é sinal de esperança. “Se na Igreja não existisse a remissão dos pecados, não existiria nenhuma esperança, nenhuma perspectiva de uma vida eterna e de uma libertação eterna. Demos graças a Deus, que deu à Igreja tal dom”⁶⁹, dizia Santo Agostinho. Somente mediante a fé na misericórdia gratuita para com todos os seres humanos a Igreja pode ter esperança. O sacramento da reconciliação não pode reduzir-se simplesmente ao ato sacramental, ele deve ser interpretado

como o sinal revelador e exemplar de uma Igreja que encontra na graça de Jesus Cristo o desafio permanente de trabalhar pela perfeição do mundo, pela paz e reconciliação, pela unidade e fraternidade, pela dignidade do ser humano e seus direitos legítimos, pela ajuda

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 288-289.

⁶⁹ SANTO AGOSTINHO in *Catecismo da Igreja Católica* 983.

aos mais desvalidos e necessitados, por uma ordem social justa e uma conduta moral reta; numa palavra: por uma convivência que reconhece com fatos que o ser humano, todos os homens e todas as mulheres, fazem parte da grande família de Deus⁷⁰.

O Documento de Aparecida, a respeito do sacramento da reconciliação, convida a todos os batizados que “valorizem esse presente maravilhoso de Deus e se aproximem dele para renovar a graça batismal e viver, com maior autenticidade, o chamado de Jesus a serem seus discípulos e missionários”⁷¹. Diz Jesus: “Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e a Samaria, e até os confins da terra” (At 1,8). Todo cristão é convocado, em Cristo, a se renovar, a cada dia, a superar o pecado, a viver com autenticidade a sua fé, a testemunhar, pela reconciliação, a misericórdia de Deus no mundo.

LUCAS ANTÔNIO MAZZOCHINI
E-mail: <sem_saolucas@yahoo.com.br>

GERALDO LUIZ BORGES HACKMANN
E-mail: <gborges@pucls.br>

⁷⁰ FLORÉZ, Gonzalo, *op. cit.*, p. 277.

⁷¹ *Documento de Aparecida* 177.